



MUNICÍPIO DE PENALVA DO CASTELO
CÂMARA MUNICIPAL
UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 14/02/2022

Francisco Lopes de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal do Concelho de Penalva do Castelo:

Faz saber que, e para cumprimento do art.º 56.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, em sua reunião ordinária de 14 de fevereiro de 2022, tomou a seguinte deliberação: -----

“53 - CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PRÉDIO RÚSTICO DENOMINADO “BARROCAS” - FREGUESIA DE ÍNSUA - ARTIGO N.º 1019 - EMISSÃO DE PARECER: -----

Presente um requerimento de Maria Fernanda Cabral Almeida Lopes Carvalho e Maria Alice Cabral Almeida Lopes de Carvalho, na qualidade de donatárias, residentes, na Rua Professor Tiago, número dez, na localidade de Penalva do Castelo, freguesia de Ínsua, deste Concelho e na Rua de São Sebastião, número oito, na localidade de Salgueiro, freguesia de Ínsua, deste Concelho, respetivamente, solicitando, para efeitos de celebração de escritura de doação, ao abrigo do artigo cinquenta e quatro da Lei número noventa e um barra noventa e cinco, de dois de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número setenta barra dois mil e quinze, de dezasseis de julho, parecer favorável para a constituição da compropriedade, de um para dois compartes, na proporção de metade para Maria Fernanda Cabral Almeida Lopes Carvalho e de metade para Maria Alice Cabral Almeida Lopes de Carvalho, do prédio rústico sito no lugar denominado “Barrocas”, na freguesia de Esmolfe, deste Concelho, inscrito na matriz predial da referida freguesia, sob o artigo número mil e dezanove, acompanhado de uma informação dos serviços do seguinte teor: -----

“Informa-se a Ex.ma. Câmara Municipal que, nos termos do artigo cinquenta e quatro da Lei número noventa e um barra noventa e cinco, de dois de setembro, na nova redação dada pela Lei número setenta barra dois mil e quinze, de dezasseis de julho, a celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal. -----

Verificando-se que do ato ou negócio jurídico não resulta qualquer parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos, poderá ser emitido parecer favorável à pretensão.” -----

A Câmara, com base na informação dos serviços, deliberou, por unanimidade, dar parecer favorável à pretensão.” -----



MUNICÍPIO DE PENALVA DO CASTELO
CÂMARA MUNICIPAL
UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS HUMANOS

Para constar e devidos efeitos se publica o presente Edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

E eu, *Leocádia Sofia Lopes Almeida Gouza*, Assistente Técnica da Unidade Orgânica de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos o subscrevi.

Paços do Município de Penalva do Castelo, 16 de fevereiro de 2022.

O Presidente da Câmara,